



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Termo de Fomento n.º 009/2025

Processo Administrativo n.º 2025-65044

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS** E A **APOIO INDEPENDENTE AOS PROTETORES DE ANIMAIS - AIPA**, TENDO POR OBJETO AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS ATENDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.080.530/0001-43, com sede na Praça João Clímaco, Palácio Anchieta, Cidade Alta, Vitória/ES, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEAMA**, Órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 31.752.645/0001-04, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representada legalmente pelo seu Secretário **Sr. FELIPE RIGONI LOPES**, brasileiro, nomeado pelo Decreto nº. 247-S de 31 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo – DOES, em 01 de fevereiro de 2023 e matrícula 4752325 e **APOIO INDEPENDENTE AOS PROTETORES DE ANIMAIS - AIPA**, inscrito no CNPJ sob nº 43.940.167/0001-45, com sede à Av. Claudio Manoel da Costa, 1026, Interlagos, Linhares/ES, CEP: 29.903-086, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada(o) por seu representante legal Sra. Gerliana Paula Martineli Piana, brasileira, portadora do RG nº 2.xxx.xx8 expedido por SPTC/ES, inscrita no CPF sob o nº 1xx.xxx.xxx-x0, com endereço à Av. São Mateus, 2430, Shell, Linhares/ES, CEP: 29.901-630, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2025-65044 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, decorrente de Emenda Parlamentar nº 970, tem por objeto ações voltadas à saúde e controle populacional de cães e gatos atendidos pela associação, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária no Programa de Trabalho: 10.41.101.18.541.0205.2351 – Gestão da Fauna Silvestre e Controle e Bem-estar de Animais Domésticos; Microrregião 56 – Rio Doce, no Município de Linhares/ES,- Recursos do Exercício Corrente, na Fonte 500 –Recursos Não Vinculados de Impostos, Detalhamento de Fonte – 000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos, Natureza da Despesa 3.3.50.41– Plano Orçamentário - 000001;

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

- I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 28/02/2026, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através de encaminhamento via E-Docs à SEAMA no prazo máximo de 02 (dois) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados. Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorias.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 21 de agosto de 2025.

Assinatura do representante legal da administração pública estadual
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA
Felipe Rigoni Lopes

Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil
APOIO INDEPENDENTE AOS PROTETORES DE ANIMAIS – AIPA
GERLIANA PAULA MARTINELLI PIANA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA		CNPJ 31.752.645/0001-04
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower – sala 1101		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição gabinete@seama.es.gov.br		Sítio eletrônico https://seama.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 99849-7964	Telefone 2	Telefone 3

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome APOIO INDEPENDENTE AOS PROTETORES DE ANIMAIS - AIPA		CNPJ 43.940.167/0001-45
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) AV CLAUDIO MANOEL DA COSTA Nº 1026		
Bairro Interlagos	Cidade Linhares-ES	CEP
E-mail da Instituição aipalinhares2021@gmail.com		Sítio eletrônico de divulgação da parceria Facebook : www.facebook.com/adoteumcaopanheiro Instagram: @aipalinhares
Local físico de divulgação da parceria SEDE DA AIPA		
Telefone 1 (27) 99738-4992	Telefon e 2 ()	Telefone 3 ()

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome GERLIANA PAULA MARTINELI PIANA		CPF: 100.256.797-60	
Nº RG: 2.056.438	Órgão Expedidor SPTC/ES	Cargo na OSC PRESIDENTE	Mandato vigente até 22/03/2027
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) AV. SÃO MATEUS, Nº 2430,			
Bairro SHELL	Cidade LINHARES-ES	CEP 29901-630	
Telefone 1 (27) 99239 3276	Telefone (27)99998-4247	Telefone 3 (27)997384992	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome UARDILENE BATISTA PORTELA		Nº do Registro no Conselho Profissional
Área de Formação Assistente Social		
Bairro Araça	Cidade Linhares-ES	CEP 29901-393
E-mail do Técnico Uar.batista@gmail.com		
Telefone do Técnico 1 (27) 99738 4992	Telefone do Técnico 2 (27) 99989 6492	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Histórico e finalidade da OSC;

A **OSC Apoio Independente aos Protetores de Animais – AIPA** é uma organização sem fins lucrativos que atua em Linhares, Espírito Santo. Fundada em 31 de agosto de 2021, a entidade está registrada sob o CNPJ 43.940.167/0001-45, com sede provisória localizada na Avenida Cláudio Manoel da Costa, 1026 – Interlagos, Linhares – ES, CEP 29.903-086.

A organização desenvolve diversas atividades, como apoio a resgates, arrecadação de recursos e doações, além da promoção da conscientização sobre a importância da adoção responsável e do cuidado com os animais. Toda a atuação da AIPA é mantida por meio de trabalho voluntário, doações, eventos beneficentes e contribuições de associados, com o objetivo de amenizar a sobrecarga enfrentada pelos protetores voluntários que abrigam temporariamente animais em seus lares.

A história da AIPA teve início em 13 de abril de 2015, quando um grupo de amigas que compartilhava ideias semelhantes sobre a proteção e o bem-estar animal decidiu criar um grupo no WhatsApp para unir forças. Na época, cada uma dedicava parte do seu tempo, de forma individual, para proteger animais de rua. A união proporcionou mais organização e capacidade de ajuda, o que atraiu outros protetores independentes ao grupo. Assim, começaram a compartilhar experiências, estratégias e formas de auxílio mútuo.

Após seis anos atuando de forma informal, surgiu o desejo de institucionalizar o grupo, visando ampliar a capacidade de atuação e ajudar ainda mais animais em situação de abandono. Em 31 de agosto de 2021, nasceu oficialmente a Apoio Independente aos Protetores de Animais – AIPA.

Atualmente, o grupo no WhatsApp permanece ativo, reunindo cada vez mais protetores e simpatizantes da causa animal, que lutam juntos para garantir dignidade aos animais resgatados.

A diretoria da AIPA é composta por protetores que já atuavam na causa antes mesmo da formação do grupo e que acompanharam de perto seus primeiros anos. Esse comprometimento dos voluntários fundadores, aliado à dedicação dos novos membros da diretoria, é essencial para a continuidade e expansão dos trabalhos realizados pela instituição.

Nossa Missão

- Demonstrar que o vínculo entre humanos e animais representa um verdadeiro exercício de compaixão, empatia e responsabilidade coletiva, promovendo o combate aos maus-tratos.
- Promover o bem-estar, a proteção e a dignidade dos animais em situação de vulnerabilidade, por meio do apoio aos protetores independentes.
- Desenvolver e implementar programas contínuos de controle populacional de cães e gatos.
- Realizar palestras e ações educativas sobre guarda responsável, bem como atividades de conscientização da sociedade.
- Atuar ativamente na cobrança e fiscalização de políticas públicas voltadas à causa animal no município de Linhares-ES e região.

Elementos que Compõem Nossa Missão

- Apoiar protetores independentes em resgates de animais abandonados, feridos ou vítimas de maus-tratos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

- Oferecer suporte com cuidados veterinários essenciais, como alimentação, tratamento e castração.
- Contribuir para o encaminhamento de animais resgatados à adoção responsável, visando lares seguros e definitivos.
- Promover a educação da população sobre os direitos dos animais, guarda responsável e combate ao abandono.
- Colaborar com a formulação e fiscalização de políticas públicas de proteção animal, atuando em rede com outras entidades, órgãos públicos e voluntários.

Nosso Objetivo:

Nosso objetivo é atuar de forma estratégica e integrada na defesa dos direitos dos animais e na promoção do bem-estar animal, por meio das seguintes ações:

- **Desenvolver campanhas educativas** sobre a guarda responsável de animais de estimação, promovendo uma cultura de respeito, cuidado e compromisso.
- **Adquirir materiais e equipamentos** que permitam o controle e o monitoramento populacional de cães e gatos.
- **Atuar diretamente na causa dos animais em situação de rua**, conscientizando a população de que todos têm responsabilidade na solução desse problema, especialmente por meio da posse responsável.

Entendemos que o aumento da população de animais de rua é consequência direta do abandono e da negligência por parte de pessoas que cometem atos irresponsáveis — e, muitas vezes, criminosos — contra animais de estimação.

- **Dar suporte a ações oficiais de fiscalização**, incluindo intervenções em situações que envolvam segurança pública e autuações relacionadas a infrações e crimes contra animais.
- **Quantificar o problema da população de animais em situação de rua**, identificar regiões mais críticas e fornecer apoio técnico e logístico para o desenvolvimento de projetos e planos de ação.
- **Desenvolver iniciativas de monitoramento, controle e redução da população de animais de rua**, contribuindo também para a diminuição da incidência de zoonoses e outros problemas de saúde pública.

A AIPA desempenha um papel fundamental nessa missão, contando com o apoio de protetores independentes, grupos de proteção animal do município, voluntários associados e da comunidade em geral para tornar suas ações possíveis.

Acreditamos que o vínculo entre humanos e animais representa um compromisso de compaixão, empatia e responsabilidade coletiva. Embora não exista um censo oficial, sabemos que a população de animais errantes é grande. Infelizmente, muitos ainda são abandonados, o que acarreta graves consequências sociais e sanitárias.

É essencial que as autoridades públicas priorizem a saúde pública e o bem-estar animal em seus orçamentos e políticas.

Os desafios são grandes, mas a mudança é possível. Para reverter esse cenário, além de políticas públicas eficazes, é indispensável a conscientização da sociedade civil sobre a urgência dessa causa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Principais Ações na Área de Meio Ambiente

A AIPA realiza ações diretas voltadas ao bem-estar de cães e gatos, com foco especial nos animais errantes (em situação de rua), promovendo **consultas e exames com médicos veterinários em clínicas parceiras da cidade de Linhares-ES**. Essas ações visam garantir cuidados básicos de saúde e qualidade de vida aos animais resgatados.

Uma das principais frentes de atuação da AIPA é a **conscientização da comunidade sobre a importância do bem-estar animal**. Essa sensibilização contribui não apenas para a melhoria das condições dos animais, mas também para a formação de uma sociedade mais responsável, ética e empática.

Embora o foco principal da AIPA seja o **apoio ao protetor independente**, suas ações também impactam positivamente o meio ambiente. A proteção animal está intrinsecamente ligada à **preservação da natureza**, pois promove uma convivência mais equilibrada e saudável entre seres humanos, animais e o ecossistema urbano e rural.

As ações desenvolvidas pela AIPA no âmbito da causa animal envolvem:

- Cuidado, tratamento e abrigo temporário de animais domésticos;
- Castração para controle populacional ético e sustentável;
- Alimentação adequada e suporte veterinário;
- Promoção da integração entre a saúde animal, humana e ambiental;
- Contribuição para a harmonia entre os animais e os ambientes onde vivem, seja na cidade ou no campo.

Essas iniciativas reforçam o papel da AIPA como agente ativo não apenas na proteção animal, mas também na **construção de um meio ambiente mais equilibrado e justo**

Perfil do Público Beneficiário da Entidade

A AIPA atua diretamente na proteção e cuidado de **animais em situação de vulnerabilidade**, atendendo aos seguintes perfis:

- **Animais errantes (abandonados):** Cães e gatos que vivem nas ruas, sem qualquer tipo de tutela, expostos a riscos como fome, doenças, maus-tratos e acidentes.
- **Animais em lares temporários, casas de passagem ou abrigos:** Animais acolhidos por protetores independentes que oferecem abrigo provisório até que sejam adotados de forma responsável.
- **Animais pertencentes a pessoas em situação de vulnerabilidade social**, independentemente da escolaridade ou condição socioeconômica: A AIPA oferece apoio a tutores que, embora desejem cuidar adequadamente de seus animais, enfrentam limitações financeiras para garantir alimentação, atendimento veterinário e cuidados básicos.

Embora os beneficiários diretos sejam os animais, o impacto social se estende também aos **protetores independentes** e às **famílias em situação de vulnerabilidade**, com destaque para:

- Pessoas de baixa renda, em sua maioria com dificuldades de acesso a serviços veterinários;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

- Famílias residentes em áreas urbanas periféricas ou em condições precárias de moradia;
- Indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, mas que compartilham do compromisso com o bem-estar animal.

O trabalho da AIPA, portanto, tem alcance **multidimensional**, promovendo o bem-estar animal, o suporte social e a conscientização comunitária, além de colaborar com a saúde pública e o equilíbrio ambiental.

Capacidade de Atendimento

Atualmente, a AIPA **ainda não possui sede com atendimento de portas abertas**, pois não dispõe de um abrigo físico próprio para acolhimento dos animais.

A **capacidade de atendimento está diretamente vinculada aos recursos arrecadados**, sendo possível graças ao esforço coletivo de voluntários e associados. Os atendimentos realizados dependem exclusivamente de:

- **Doações financeiras** feitas por apoiadores e membros da comunidade;
- **Contribuições de associados** que mantêm um compromisso contínuo com a causa;
- **Bazares mensais**, com a venda de roupas, utensílios e itens doados, cuja renda é totalmente revertida para o custeio de tratamentos, castrações, alimentação e outras necessidades dos animais atendidos.

Apesar das limitações estruturais, a AIPA atua com responsabilidade, planejamento e ética, otimizando cada recurso para **garantir o maior número possível de atendimentos** a animais em situação de risco, sempre priorizando os casos mais urgentes e graves.

Metodologia de Trabalho

A AIPA atua desde 2015 como uma **rede de apoio a protetores de animais independentes**, oferecendo suporte por meio de ações planejadas e solidárias, com foco no bem-estar animal e no fortalecimento da causa.

As atividades e projetos são realizados com base nos seguintes pilares:

- **Doações de recursos:**

A AIPA viabiliza, conforme disponibilidade financeira, o fornecimento de consultas veterinárias, exames, castrações, ração, medicamentos e outros materiais necessários ao cuidado de animais resgatados, especialmente os em recuperação.

- **Capacitação e orientação:**

A instituição promove orientação aos protetores independentes, buscando aprimorar as práticas de manejo, cuidados básicos, primeiros socorros e organização nos lares temporários.

- **Sensibilização e conscientização:**

Realiza campanhas educativas voltadas à comunidade, com foco na proteção animal, guarda responsável, combate aos maus-tratos e estímulo à adoção consciente. eventos beneficentes e ações entre amigos, buscando envolver a sociedade e arrecadar fundos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

- Atividades de mobilização e arrecadação:

Para sustentar suas ações, a AIPA organiza bazares solidários, campanhas de adoção, rifas, eventos beneficentes e ações entre amigos, buscando envolver a sociedade e arrecadar fundos.

Os **pedidos de ajuda são analisados e atendidos na medida do possível**, de acordo com a gravidade do caso e a disponibilidade de recursos no momento.

Atualmente, a entidade **não conta com apoio de emendas parlamentares**, o que torna a arrecadação voluntária essencial para a continuidade das atividades mensais e anuais.

A AIPA com base na colaboração entre voluntários, protetores e apoiadores, mantém uma atuação transparente, ética e comprometida com a causa animal.

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Objeto da Emenda Parlamentar nº 0970/2025

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

A emenda destina-se a ações voltadas à saúde e controle populacional de cães e gatos atendidos pela associação. Os recursos serão utilizados diretamente para custear:

Realização de 30 Consultas em clínicas veterinárias no valor total de R\$1.950,00

Realização de 30 Exames Hemograma no valor total de R\$1.200,00

Realização de 06 castrações de cadelas até 15 kg no valor total de R\$ 2.400,00

Realização de 06 castrações de cadelas entre 15 kg e 25 kg no valor total de R\$2.700,00

Realização de 05 castrações de cães até 15 kg no valor total de R\$1.500,00

Realização de 05 castrações de cães entre 15 e 25 kg no valor total de 1.750,00

Realização de 05 castrações de felinos fêmea no valor total de R\$2.000,00

Realização de 05 castrações de felinos macho no valor total de R\$1.500,00

Os atendimentos beneficiarão animais que estejam sob os cuidados responsáveis de protetores independentes, pequenos abrigos, lares temporários, que acolhem animais em situação de abandono, maus-tratos ou errantes.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

6.2 Objetivo geral

O presente plano de trabalho tem como objetivo aplicar os recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 0970/2025, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em ações voltadas à saúde e ao controle populacional de cães e gatos atendidos pela associação Apoio Independente aos Protetores de Animais – AIPA.

A proposta consiste em oferecer consultas clínicas veterinárias, exames laboratoriais (hemograma completo) e procedimentos de castração, contribuindo diretamente para o bem-estar dos animais em situação de abandono ou sob os cuidados de protetores independentes do município de Linhares/ES e região.

6.3 Objetivos específicos

Em consonância com o objetivo geral, os objetivos específicos do presente plano de trabalho são:

1. **Oferecer consultas clínicas veterinárias básicas** para cães e gatos em situação de vulnerabilidade, garantindo atendimento inicial e orientação para os responsáveis pelos cuidados dos animais.
2. **Realizar exames laboratoriais de hemograma completo**, com o objetivo de diagnosticar condições de saúde que demandem tratamento e acompanhamento adequados.
3. **Executar procedimentos de castração cirúrgica** em animais errantes ou sob a responsabilidade de protetores independentes, lares temporários ou pequenos abrigos, como forma de controle ético e eficaz da população animal.
4. **Contribuir para a melhoria do bem-estar animal**, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, reduzindo o sofrimento e prevenindo doenças.
5. **Apoiar diretamente protetores independentes e cuidadores voluntários**, que enfrentam dificuldades financeiras para arcar com os custos de atendimento veterinário.

6.4 Público beneficiário da proposta

O público beneficiário do presente plano de trabalho são **cães e gatos** que se encontram em situação de vulnerabilidade no município de Linhares/ES e região, abrangendo:

- Animais **em situação de abandono (errantes)**, expostos a riscos nas vias públicas;
- Animais sob a **guarda responsável de protetores independentes**, que atuam voluntariamente no resgate e cuidado de animais vítimas de maus-tratos, negligência ou abandono;
- Animais pertencentes a **famílias em situação de vulnerabilidade social**, que não dispõem de recursos para custear serviços básicos de saúde animal.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

6.5 Justificativa

Diante da crescente realidade de **abandono e maus-tratos de animais**, especialmente cães e gatos, o município de Linhares/ES e região enfrentam um sério problema de superpopulação animal, o que acarreta riscos à saúde pública, ao meio ambiente e ao bem-estar dos próprios animais.

A **Apoio Independente aos Protetores de Animais – AIPA**, organização da sociedade civil (OSC), atua há mais de seis anos no apoio a protetores independentes e na assistência a animais em situação de vulnerabilidade, promovendo ações contínuas de resgate, alimentação, vacinação, fornecimento de medicamentos e incentivo à **adoção responsável**, visando proporcionar **lares definitivos** e cuidados dignos.

Contudo, a ausência de políticas públicas eficazes, aliada à falta de recursos estruturais e financeiros, limita a capacidade de resposta frente à demanda crescente. A presente proposta busca fortalecer as ações já desenvolvidas pela AIPA, com **aplicação direta dos recursos da Emenda Parlamentar nº 0970/2025 em serviços veterinários essenciais**, como consultas, exames laboratoriais e castrações.

As atividades e metas propostas mantêm **nexo direto com a realidade diagnosticada no território**, pois contribuem para:

- Reduzir o número de animais errantes;
- Apoiar financeiramente os protetores independentes que atuam de forma voluntária;
- Prevenir o sofrimento animal por meio do acesso a cuidados básicos de saúde;
- Promover o controle populacional ético e sustentável;
- Gerar impactos positivos na saúde pública e na convivência comunitária.

Assim, a execução deste plano trará **benefícios concretos ao público-alvo**, promovendo a proteção dos animais, o bem-estar coletivo e o fortalecimento da rede local de proteção animal.

6.6 Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
Gerliana Paula Martineli Piana	Pedagoga	Presidente	Voluntária
Rosiane Torres Scandian	Administradora	Vice-Presidente	Voluntária
Juliana Freitas Silva	Pedagoga	Secretária	Voluntária
Viviane Zanardi Fregona Largura	Administradora	Tesoureira	Voluntária
Ivania Menegheli		Fiscal	Voluntária



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

6.7 Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

A avaliação do grau de satisfação dos usuários será realizada de forma contínua e qualitativa, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Monitoramento dos pedidos de ajuda recebidos** por moradores da cidade, protetores independentes e voluntários vinculados à OSC, analisando a frequência, a urgência e a recorrência das solicitações;
- **Registro e acompanhamento das denúncias de abandono e maus-tratos**, que demonstram a percepção da comunidade quanto à presença e à atuação da instituição;
- **Feedback espontâneo de beneficiários**, coletado por meio de contatos presenciais, telefônicos ou via redes sociais, permitindo avaliar o impacto das ações realizadas e o atendimento às expectativas da população atendida;
- **Relatórios internos de prestação de contas e atendimento**, com análise do cumprimento das metas previstas e da efetividade das ações realizadas.

Esse acompanhamento permitirá identificar pontos fortes, oportunidades de melhoria e a **efetividade do plano de trabalho na promoção do bem-estar animal**, além de orientar futuras ações da entidade.

6.8 Sustentabilidade da proposta

A Organização da Sociedade Civil (OSC) **Apoio Independente aos Protetores de Animais – AIPA** realiza, desde 2015, suas atividades com o apoio de uma rede de **voluntários comprometidos**, além de contar com doações da comunidade e ações beneficentes como bazares e campanhas de arrecadação.

A sustentabilidade da proposta está ancorada na **continuidade do trabalho voluntário**, na **mobilização social** e na busca permanente por **parcerias com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal**. O objetivo é garantir o suporte necessário para dar continuidade às ações voltadas à **proteção e ao bem-estar dos animais**, especialmente os em situação de abandono (errantes), promovendo o controle populacional, o atendimento veterinário básico e o estímulo à guarda responsável.

Com a consolidação da parceria por meio da presente emenda parlamentar, espera-se fortalecer a atuação da AIPA e ampliar a visibilidade da causa, estimulando novos apoios institucionais e comunitários que assegurem a **viabilidade e a expansão das ações no longo prazo**.

6.9 Período de execução do objeto

Início: 08/2025	Término: 02/2026
------------------------	-------------------------



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.

Meta 1: Consultas clínicas veterinárias		Valor (R\$):1.950,00	
Indicador: quantidade de consultas realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 30 Consultas em clínicas veterinárias	1.950,00	08/2025	02/2026

9.

Meta 2: Exames Laborais de Hemograma		Valor (R\$):1.200,00	
Indicador: quantidade de exames realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 30 Exames Hemograma	1.200,00	08/2025	02/2026

10.

Meta 3: Castração de cadelas até 15 kg		Valor (R\$):2.400,00	
Indicador: quantidade de castração realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 06 castrações	2.400,00	08/2025	02/2026

Meta 4: Castração de cadelas entre 15 kg e 25 kg		Valor (R\$):2.700,00	
Indicador: quantidade de castração realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 06 castrações	2.700,00	08/2025	02/2026

Meta 5: Castração de cães até 15 kg		Valor (R\$):1.500,00	
Indicador: quantidade de castração realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 05 castrações	1.500,00	08/2025	02/2026



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Meta 6: Castração de cães entre 15 e 25 kg		Valor (R\$):1.750,00	
Indicador: quantidade de castração realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 05 castrações	1.750,00	08/2025	02/2026

Meta 7: Castração de felinos fêmea		Valor (R\$):2.000,00	
Indicador: quantidade de castração realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Etapas/atividades	
		Início	Término
Realização de 05 castrações	2.000,00	Realização de 05 castrações	2.000,00

Meta 8: Castração de felinos macho		Valor (R\$):1.500,00	
Indicador: quantidade de castração realizadas			
Metodologia de execução: em clínicas veterinárias com acompanhamento por meio de relatórios			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
Realização de 05 castrações	1.500,00	08/2025	02/2026

Meta:

Melhorar o atendimento à saúde e promover o controle populacional de cães e gatos em situação de vulnerabilidade, atendidos pela associação AIPA, reduzindo casos de abandono, doenças e superpopulação. A meta visa realizar, entre os meses de julho a setembro de 2025:

Metodologia:

As atividades serão realizadas por meio de parceria com clínicas veterinárias credenciadas, contratadas pela AIPA, garantindo a prestação de serviços com qualidade, ética e compromisso com o bem-estar animal. Os procedimentos serão agendados previamente pela equipe da associação, priorizando animais resgatados, em situação de risco ou sob os cuidados de protetores cadastrados. A execução será monitorada por meio de relatórios mensais de atendimentos.

Indicadores:

- Número total de procedimentos realizados (consultas, exames, castrações);



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

- Redução estimada de procriação de animais sem tutor (impacto da castração);
- Registro fotográfico e documental das atividades;
- Relatórios mensais de execução física e financeira;
- Número de animais atendidos conforme faixa de peso e espécie.

Etapas

1. Planejamento e articulação com prestadores (08/2025):

- Contratação de clínicas e laboratórios parceiros;
- Definição de critérios de prioridade para atendimento;
- Organização logística para encaminhamento dos animais.

2. Execução dos atendimentos (08/2025 a 02/2026):

- Realização das consultas clínicas e exames;
- Procedimentos cirúrgicos de castração conforme cronograma;
- Acompanhamento pós-operatório quando necessário

3. Monitoramento e prestação de contas (02/2026):

- Coleta e sistematização dos dados de atendimentos;
- Emissão de relatórios físicos e financeiros para comprovação da execução dos recursos públicos.

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

- Início: agosto de 2025
- Término: fevereiro de 2026
(para todas as etapas e ações)

8. PLANO DE APLICAÇÃO

9. CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	0,0	0,0	0,0
	Serviços de terceiros – pessoa física	0,0	0,0	0,0
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	15.000,00	0,0	15.000,00
	Equipe encarregada pela execução	0,0	0,0	0,0
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	0,0	0,0	0,0
TOTAL		15.000,00	0	15.000,00



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Consultas clínicas veterinárias	un	30	65,00	1.950,00
Exames laboratoriais (Hemograma completo)	un	30	40,00	1.200,00
Castração de cadelas até 15 kg	un	6	400,00	2.400,00
Castração de cadelas de 15 a 25 kg	un	6	450,00	2.700,00
Castração de cães até 15 kg	un	5	300,00	1.500,00
Castração de cães de 15 a 25 kg	un	5	350,00	1.750,00
Castração de gatas	un	5	400,00	2.000,00
Castração de gatos	un	5	300,00	1.500,00
Subtotal				15.000,00

8.1.2 Equipe encarregada pela execução

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.3 Equipamentos e materiais permanentes

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)	R\$ 15.000,00
--	----------------------



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO
08/2025					
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO
08/2025					
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- a) A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- b) Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- c) Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- d) Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Assinatura do Representante Legal
APOIO INDEPENDENTE AOS PROTETORES DE ANIMAIS – AIPA

Gerliana Paula Martineli Piana



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória(ES), de de 2025.

Felipe Rigoni Lopes.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FELIPE RIGONI LOPES
SECRETARIO DE ESTADO
SEAMA - SEAMA - GOVES
assinado em 21/08/2025 11:28:33 -03:00

GERLIANA PAULA MARTINELLI PIANA
CIDADÃO
assinado em 25/08/2025 11:02:55 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 25/08/2025 11:02:55 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por REBECA RAMALHO DE PAULA FREITAS (CHEFE GRUPO DE ADMINISTRACAO QCE-05 - GA - SEAMA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-T932WR>